

Carta Internacional

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos: Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Fonte: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/about/submissions#copyrightNotice>.

Acesso em: 05 dez. 2018.

REFERÊNCIA

VIOLA, Eduardo; LIMA, Jean. Desafios para a ascensão chinesa no Sistema Internacional de Hegemonia das Democracias de Mercado. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 116-136, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/117>. Acesso em: 05 dez. 2018.

Desafios para a ascensão chinesa no Sistema Internacional de Hegemonia das Democracias de Mercado

Challenges for China's rise in the International System of Market Democracies' Hegemony

Eduardo Viola*

Jean Lima**

Resumo

A ascensão chinesa, apesar de despertar apreensão no sistema internacional, também passará por grandes desafios. No plano internacional, a estratégia de adoção de uma política externa assertiva – e até certo ponto agressiva – é contraproducente na busca por aceitação de status e legitimidade como grande potência, pois o Estado chinês é visto como uma ameaça pelos vizinhos. No plano interno, a China possui diversas preocupações no que concerne ao seu regime autoritário, à (in) sustentabilidade de seu vigoroso crescimento e a tensões sociais internas. Conduzir reformas, como um aumento do pluralismo político, assumir claramente compromissos e responsabilidades tanto regionais como globais, além de buscar maior convergência de forma contínua na lógica do sistema internacional de hegemonia das democracias de mercado são posturas fundamentais para a China solucionar certos problemas internos e externos, bem como consolidar seu status de grande potência no século XXI.

Palavras-chave: ascensão chinesa; aspirações geopolíticas; preocupações internas; interdependência; governança global.

Abstract

The China's rise despite awaken apprehension in the international system, it will also undergo major challenges. Internationally, the strategy of adopting an assertive foreign policy – and to some aggressive point – is counterproductive in the quest for acceptance and legitimacy status as a great power, because the Chinese state is seen as a threat by the neighbors. Domestically, China has several concerns with regard to its authoritarian regime, the (un) sustainability of its vigorous growth, and internal social tensions. Driving reforms as an increase in political pluralism, clearly assuming regional and global commitments and responsibilities, and seek greater convergence on a continuous basis in the logic of the international system of market democracies' hegemony, are fundamental postures for China to solve some internal and external problems, as well as consolidating its status as a great power in the 21st century.

Key words: China's rise; geopolitics aspirations; domestic concerns; interdependence; global governance.

* Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – Irel/UnB e Pesquisador Nível 1 do CNPq. E-mail: eduviola@gmail.com.

** Mestrando no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – Irel/UnB e Bolsista de Mestrado do CNPq. E-mail: jeanlima.91@gmail.com.

Introdução

O sistema internacional surgido no Pós-Guerra Fria indica uma hegemonia das democracias de mercado e certo triunfo ideológico das democracias liberais ocidentais sobre formas alternativas de regime (VIOLA; LEIS, 2007; FUKUYAMA, 1992). Contudo, em 2014, vários países emergentes – muitos deles não ocidentais – são democracias de baixa qualidade (Brasil, Índia, África do Sul, México, Indonésia), regimes autoritários (China, Rússia, Vietnã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos) ou regimes híbridos (Turquia). Além disso, segundo *The National Intelligence Council* (2009, p. 40), houve uma intensificação da transição de poder econômico do centro – EUA e União Europeia – a países asiáticos: “em termos de tamanho, velocidade e fluxo direcional, a transferência da riqueza mundial e poder econômico agora em curso – basicamente do Ocidente para o Oriente – é sem precedentes na História moderna”. No mesmo sentido, Kissinger afirma que “The center of gravity of world affairs is shifting from the Atlantic, where it was lodged for the past three centuries, to the Pacific” (KISSINGER, 2005).

A ascensão econômica da região da Ásia-Pacífico não é um fenômeno tão recente, porém, pode ter sido acentuado após a crise de 2008. Tal mudança de poder, além de ser produto das estratégias de desenvolvimento unidas aos mercados regionais, deriva também da atuação dentro da lógica da globalização, bem como dos custos mais baixos de produção no continente asiático. Esses e outros aspectos provocaram um deslocamento do lócus da manufatura e serviços industriais para o continente asiático e, conseqüentemente, incrementou o crescimento econômico e de recursos de poder da China, o gigante que há séculos havia “adormecido”.

A ascensão chinesa representa uma das grandes agitações do sistema internacional, cujo impacto é amplamente pesquisado por teóricos e especialistas. Ao assumir o posto de segunda maior economia do globo, crescem posições de que o modelo chinês de governança centralizador, ou seu modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo de Estado, seriam modelos atrativos para outros Estados, principalmente para aqueles de menor protuberância econômica, emergentes ou pobres. Há ainda uma enorme incerteza em torno das intenções chinesas: se o país estaria decidido a aplicar esforços capazes de gerar um eventual conflito com os Estados Unidos, ou se haverá uma maior convergência e cooperação baseada na interdependência econômica entre os países. Nos últimos anos, parece haver um “estudo de caso particular” a esses e outros questionamentos: a assertividade da China no Sul e Leste Asiático, e a reação dos países da região ao formarem uma coligação antichinesa e pró-Estados Unidos, expondo os limites à assertividade chinesa como potência regional. A estratégia chinesa de política externa assertiva – e até certo ponto agressiva – é contraproducente ao país na busca por aceitação de status e legitimidade como grande potência.

Normalmente os estudos relatam sobre o impacto no sistema internacional da ascensão chinesa, ou sobre seu volumoso crescimento, mas tem dado pouco destaque aos desafios pelos quais a China terá em sua ascensão dentro do sistema internacional vigente. Dentre esses desafios: (1) o Estado chinês produz percepção de ameaça sobre os vizinhos ao adotar uma política externa assertiva, exibida nas implicações decorrentes de sua política no Mar da China Meridional a partir de 2009; (2) o país deveria adotar reformas sociopolíticas e econômicas, buscando maior convergência de forma continuada na lógica da ordem liberal global das democracias de

mercado, caso queira manter um crescimento significativo e diminuir profundas tensões sociais intrarregionais e inter-regionais; e, (3) para legitimar seu status de grande potência, o país deveria assumir mais responsabilidades com a governança global, assumindo mais claramente as normas do sistema internacional.

Diante das incertezas inerentes ao futuro da ascensão chinesa e impacto no sistema internacional, surgem três cenários possíveis. O primeiro deles é o otimista, e próximo a ideais liberais, no qual a China manterá seu crescimento a altas taxas, embora inferiores às da última década (em torno de 6/7% ao ano), com uma democratização limitada (nos moldes não ocidentais, mas com um aumento do pluralismo político) e com um aumento de compromisso com a governança global. O segundo, moderadamente otimista, reconhece que o país possivelmente passará por períodos turbulentos e agitação social decorrentes do processo de mudança de seu modelo econômico baseado nas exportações, para o crescimento do mercado interno, cenário no qual o país crescerá a taxas inferiores a 5% ao ano. E no terceiro estão os pessimistas, influenciados por premissas realistas, destacam que ocorrerá desordens locais e globais como produto de uma profunda crise econômica, social e política da qual a China estaria se aproximando. Tal crise poderá aumentar o autoritarismo e controle político por parte do Partido Comunista, com “fim do domínio dos moderados globalizantes do partido e uma transferência de poder para os nacionalistas mais autoritários e os militares, o que levará a um forte aumento da tensão no sistema internacional” (VIOLA; FRANCHINI; RIBEIRO, 2013, p. 101). Os dois primeiros cenários, nós consideramos os mais prováveis, sem assinalar que o terceiro seja impossível.

Ascensão entre o Conflito e a Cooperação

Wang (2009) indica que premissas construtivistas ajudaram a moldar um conceito chinês de ordem mundial. Historicamente, a China manteve uma política de independência em relação a outros Estados, objetivando a conservação da *soberania, autonomia e segurança nacional*. Se, para Alexander Wendt (1992), a soberania é uma instituição, e só existe em virtude de entendimentos intersubjetivos e expectativas, bem como não há soberania sem outras, pode-se afirmar que a China construiu um conceito de soberania menos ofensivo, porém mais *independentista* e *isolacionista* que as potências ocidentais. Tais aspectos fizeram com que o país demonstrasse pouco interesse pelo imperialismo ao modo praticado pelos países do Ocidente (KISSINGER, 2011).

Uma das principais consequências do isolamento chinês foi o fortalecimento do *nacionalismo*, com uma superestimação do pensamento local de que o país era o centro do mundo e a maior das civilizações. Este pensamento foi impulsionado por três fatores: por ser uma civilização existente há milênios (mais velha que as potências ocidentais), pelo histórico do país à frente das invenções científicas e tecnologia difundidas no mundo ocidental; e pela sua imensa população e território. A política e economia chinesa, e principalmente sua educação, basearam-se nos ideais de Confúcio, que possui algumas similaridades com a teoria construtivista das relações internacionais. O pensamento de harmonia social, disciplina e sabedoria são alguns dos pontos da busca da essência da vida humana e, de forma mais ampla, da busca por um governo compreensivo (KISSINGER, 2011).

Contudo, ao torna-se um gigante econômico global, e com a crise internacional de 2008 originada e mais sentida no Ocidente, a China intensificou o grau de assertividade como potência regional, de certa forma, aparenta ser agressiva e contrária a aspectos de sua história e ao humanismo confuciano¹. Do ponto de vista dos vizinhos, a China é uma potencial ameaça. Buzan (2012), Zakaria (2009) e Berggruen e Gardels (2013) descrevem que a pujança econômica de um país implica uma assertividade cultural e política vinculada a um aumento do nacionalismo, o que pode alimentar antigas rivalidades e insinuar uma revisão histórica das relações internacionais do país.

Do ponto de vista teórico do *realismo ofensivo*, a China não crescerá pacificamente. Para Mearsheimer, mesmo que a China pareça atualmente em vários aspectos “pacífica”, caso o país continue crescendo a altas taxas e se torne um verdadeiro Hong Kong tamanho “gigante”, mudará seu comportamento. Em sua obra *The Tragedy of Great Power Politics* (2001), o autor parte de cinco suposições de como a política internacional opera: (1) o sistema internacional é *anárquico*; (2) todos os Estados possuem alguma capacidade militar ofensiva; (3) os Estados não podem ter certeza sobre as intenções dos outros Estados; (4) a *sobrevivência* é o principal objetivo dos Estados; e (5) os Estados são atores racionais. Para o autor, essas suposições combinadas produzem comportamentos nos Estados, tais como medo e insegurança. Nesse sistema, a autoajuda é o único mecanismo que pode conferir segurança aos Estados para defender seus interesses e sua sobrevivência.

Diante de tais suposições, Mearsheimer argumenta que o melhor caminho para um Estado sobreviver neste sistema é maximizar sua parcela de poder relativo no mundo, buscando a hegemonia regional (sendo a global algo muito improvável de ser alcançada), e certificando que não tenha um *peer competitor*, ou seja, que não há outro Estado como *hegemon* regional. A partir desses comportamentos, haveria um grande problema atual: a China deseja ser o país mais poderoso da Ásia e, por conseguinte, um *hegemon* regional. Para o autor, haveria um revisionismo histórico, no qual o país se lembrará de quando eram fraco militarmente e foram invadidos por americanos, europeus e, principalmente, pelos japoneses, e alimentará rivalidades regionais já existentes (MEARSHEIMER, 2001; 2005; 2012). Documentos oficiais e ações do governo dos Estados Unidos demonstram a preocupação norte-americana com o equilíbrio de poder na região da Ásia-Pacífico com a ascensão chinesa. Em seu documento oficial “*Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*” de 2012, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos declara que: “while the U.S. military will continue to contribute to security globally, we will of necessity rebalance toward the Asia-Pacific region”. Desse trecho, fica claro que o interesse dos Estados Unidos é aumentar sua presença na região, articulando acordos diplomáticos e militares com os países asiáticos, o que ajudaria a manter uma balança equilibrada de poder na região., expressa na aproximação do governo americano ao governo indiano. Partindo dessa preocupação, os EUA se aproximaram da Índia, firmando uma parceira estratégica com a Índia, e estabelecendo, em junho de 2005, um Acordo de Defesa bilateral por um período de dez anos, além de reconhecer a Índia como Estado detentor oficial de armas nucleares no governo Obama (GOSWAMI, 2013). O mesmo documento do *US Department of Defense* afirma que a emergência da China como

1 Acharya (2011), as ideias e concepções sobre ordem internacional não são constantes, mudam ao longo do tempo.

potência regional terá o potencial de afetar a economia e segurança norte-americana e que, apesar de os dois países desejarem construir uma relação cooperativa bilateral, a ascensão chinesa deverá vir acompanhada de claras intenções a fim de evitar atritos na região:

Our two countries have a strong stake in peace and stability in East Asia and an interest in building a cooperative bilateral relationship. However, the growth of China's military power must be accompanied by greater clarity of its strategic intentions in order to avoid causing friction in the region. The United States will continue to make the necessary investments to ensure that we maintain regional access and the ability to operate freely in keeping with our treaty obligations and with international law. Working closely with our network of allies and partners, we will continue to promote a rules-based international order that ensures underlying stability and encourages the peaceful rise of new powers, economic dynamism, and constructive defense cooperation. (US.DEPARTMENT OF DEFENSE, 2012, p. 2)

Curiosamente, em uma das principais missões das Forças Armadas Americanas citada no mesmo documento – “projetar poder apesar dos desafios de antiacesso (*anti-access*) e negação de área (*area denial*)” – a China é vista como uma ameaça à liberdade operacional de acesso dos Estados Unidos na área cibernética: “States such as China and Iran will continue to pursue asymmetric means to counter our power projections capabilities, while the proliferation of sophisticated weapons and technology will extend to non-state actors as well” (p. 4). De fato, a China possui grande capacidade cibernética e, possivelmente, com paridade com os Estados Unidos na área de métodos sofisticados em “complicar” cálculos operacionais e *cyberwar*.

De fato, mudanças e transições de poder são habitualmente vistas como momentos perigosos no sistema internacional. Podem gerar instabilidades, um aumento nas assertividades soberanas nacionais, e, competições por segurança, corridas armamentistas, e até guerras. O conflito advém de erros de cálculo e de percepção, coligados ao “dilema de segurança”, o qual pressupõe que um Estado, ao tentar garantir sua própria segurança ou defender-se, acaba sendo visto como ameaça ofensiva pelos demais Estados. Contudo, nem todas as transições de poder geram uma corrida armamentista ou alimentam uma possibilidade de conflito, a exemplo da Alemanha e do Japão no período pós-II Guerra Mundial. Esses países atuaram dentro economia globalizante, e de forma convergente com a ordem liberal dominante, abdicando de certas práticas autoritárias internas e hostis com governos vizinhos.

Autores realistas costumam partir de uma explicação das relações entre grandes potências a partir do conceito de “Estado unitário”, e de uma análise retrospectiva a momentos bem diferentes com poucos polos de poder. muito diferente do contexto atual. Desse modo, a formação dos interesses nacionais em seu caráter societal é negligenciada. A análise da convergência de diferentes sociedades em torno da noção dos custos de um conflito no mundo atual também é fundamental. Além disso, excetuando-se as indústrias bélicas e afins, os diversos grupos e elites econômicas podem pesar no processo de tomada de decisão da alta burocracia estatal, pois estes grupos são altamente prejudicados em um eventual conflito, a exemplo do rompimento de seus negócios internacionais e entraves ao crescimento econômico do país. Como argumentou Paul Kennedy (1989), os impérios e as potências sobredimensionam o poder militar e posteriormente declinam.

Do mesmo modo, faz-se necessário uma breve elucidação do conceito de potência. Diferente do conceito realista, que toma o Estado com um ator unitário racional, nós consideramos que a noção de potência, com a intensificação da globalização, engloba uma complexa combinação de agentes não estatais, empresas e sociedade civil. Há de se repensar também sobre os aspectos que definem um Estado como potência. Os desfiles militares chineses despertam olhares mais atentos da comunidade internacional. Entretanto, atualmente há diversas restrições institucionais (e morais) para o uso da força. Se durante boa parte da Guerra Fria o poder de um Estado era definido preponderantemente em termos militares, hoje o poder econômico é preponderante, bem como o poder sociocultural – *soft power* – tem recebido maior atenção dos líderes nacionais. Além disso, a ostentação de poder militar, sem poder econômico e sociocultural, tem limites significativos, como é demonstrado nos casos de Coreia do Norte e Paquistão.

O sistema internacional atual de hegemonia das democracias de mercado apresenta um maior grau de sofisticação comparado a sistemas do passado. A *interdependência econômica* entre as sociedades reduz os incentivos ao conflito entre potências. As *instituições*, que são resultado das discórdias produzidas na mesma interdependência (KEOHANE, 2002), diminuem os ganhos de políticas confrontacionistas ao sistema. A *expansão democrática* ajuda a atenuar os problemas de dilema de segurança.

Ikenberry (2008; 2011) argumenta que apesar dos Estados Unidos serem o centro da ordem internacional, caso o país almejasse perseguir uma política de contenção de longo prazo em relação à China, isso seria impossível devido à ampla gama de países democráticos capitalistas com interesses econômicos convergentes com o regime chinês. Por outro lado, caso a China desejasse confrontar os EUA, entraria também em confronto com o sistema ocidental capitalista democrático muito mais amplo, com diversos parceiros norte-americanos. Segundo o autor, a China e outras potências emergentes não ocidentais não querem contestar os princípios básicos da ordem liberal internacional, mas ter maior poder de voz e autoridade dentro da ordem existente². As potências emergentes foram se tornando mais prósperas e capazes de operar dentro da ordem internacional existente, beneficiando-se das regras, práticas e instituições como a OMC e o G20, além de experimentarem um crescimento atado à organização liberal global (IKENBERRY, 2011). Do mesmo modo, “Desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA tem sido capazes de estabelecer instituições internacionais, as quais não somente facilitam a existência de grandes potências, mas também concedem janelas suficientes para as potências emergentes unirem-se a elas” (GOSWAMI, 2013, p. 11). Caberia então às potências o fortalecimento da ordem institucionalizada, com instituições e mecanismos de cooperação mais eficazes e maior vontade por parte dos governos de atuarem dentro do sistema internacional, mesmo que com revisões de certas normas.

De acordo com Kissinger (2012), a formação de uma “relação especial” entre China e os Estados Unidos também é possível, na medida em que os dois países optem pela cooperação e

² Ikenberry, em *The Future of Liberal Order* (2011), afirma que mesmo que a posição dos Estados Unidos no sistema global esteja se alterando, e ascendendo novas potências (algumas delas *soberanistas*) “the liberal international order is alive and well”. Tal ordem é considerada não somente uma coleção de Estados democráticos liberais, mas uma sociedade internacional de ajuda mútua – uma fonte de clube político global que fornece aos membros ferramentas para avanço econômico e político. Participantes da ordem ganham oportunidades comerciais, mecanismos de resoluções de disputas, compartilhamento de conhecimento, quadros para ação coletiva, acordos regulatórios, garantias de seguranças aos aliados e recursos em tempos de crises.

formação comunitária de interesses do que uma alimentação de rivalidades aos modos realistas clássicos. Ao contrário do período da Guerra Fria, no qual havia uma rivalidade de modelos econômicos e políticos entre a URSS e os EUA, Kissinger relata que há uma interdependência entre as economias da China e dos EUA dentro da economia global, a qual poderá dissuadir eventuais conflitos. Segundo o autor, a estratégia de contenção da Guerra Fria não se aplica ao contexto atual. A China possui uma economia mais forte que a da extinta União Soviética, e o país possui um maior poder de ingerência na economia global, dado seu dinamismo e pelo fato de ser o maior parceiro comercial de diversas nações. Diante disso, caso surjam relações realmente conflitantes entre os Estados Unidos e a China, haveria consequências sérias e imensuráveis a todos (KISSINGER, 2012, p. 47; IKENBERRY, 2008; 2011).

Assertividade e Responsabilidades Regionais: Uma Nova Doutrina Monroe ou um Líder Regional?

Apesar de ter aumentado a sua interdependência com as democracias de mercado, a China tem adotado uma política expansionista e assertiva na região da Ásia-Pacífico incentivada pelo declínio do poder relativo dos Estados Unidos e do Ocidente, e pela pressão por recursos e território decorrente de seu crescimento econômico. Contudo, essa política está sendo até certo ponto malsucedida. Há certo retorno da geopolítica no cenário internacional, como os entraves diplomáticos entre China e Japão e a crise ucraniana. Entretanto, a importância deste fenômeno está sendo exacerbada por alguns autores. Para Russel Meade (2014), há um acirramento das rivalidades geopolíticas no contexto atual e, segundo o autor, os EUA e a União Europeia entenderam mal o significado do fim da Guerra Fria, os quais teriam superestimado as questões ideológicas e subestimado o *hard power*. Para o autor, a China (assim como a Rússia e o Irã) é um Estado revisionista da ordem internacional atual, implementando esforços para derrubar as configurações geopolíticas do pós-Guerra Fria, buscando revisar o *status quo* e, diante disso, o poder dos EUA seria um obstáculo para atingir seus objetivos revisionistas.

Já Ikenberry (2014) refuta consistentemente os argumentos de Meade e afirma que este errou em suas interpretações sobre as realidades modernas de poder, e que a lógica da ordem global existente é mais estável e expansiva do que o quadro retratado pelo autor. As transformações políticas ocorridas na Ásia pró-democracia nas últimas décadas fizeram com que a China vivesse em uma vizinhança decididamente democrática, tornando as tentativas de controle geopolítico sobre seus vizinhos uma opção custosa e autodestrutiva.

O Estado chinês produz percepção de ameaça sobre os vizinhos quando adota uma política externa muito assertiva como expressa nas implicações decorrentes de sua política no Mar Meridional da China a partir de 2009. Há diversos limites para a adoção dessa política. A China não possui muitos recursos de *soft power*, e sua condição de regime autoritário limita seu potencial de atração e debilita o seu peso político no âmbito internacional (VIOLA; FRANCHINI; RIBEIRO, 2013; NYE, 2011). O país parece incapaz de se tornar uma referência política na região:

Seu comportamento agressivo nas regiões marítimas compartilhadas com seus vizinhos gerou uma ampla coalizão para contrabalancear seu poder – um desenvolvimento não previsto na maioria das análises, que antecipavam uma progressiva hegemonia chinesa na Ásia (...). Composta por uma série heterogênea de atores (Japão, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Austrália, Tailândia e Vietnã), essa aliança defende a presença dos EUA na região como parte central da estratégia de contenção chinesa. (VIOLA; FRANCHINI; RIBEIRO, 2013, p. 101)

O aumento das disputas territoriais e testes militares, especialmente após 2009, parecem reavivar as questões geopolíticas do passado³. A ascensão chinesa estaria implicando desafios à estabilidade da Ásia adquirida no pós-Guerra Fria, e gera incertezas relacionadas ao crescimento pacífico do país como um *hegemon* regional benigno ou terá objetivos expansionistas. Em 2014, o orçamento militar chinês cresceu 12%, e o país tem reforçado suas agências marítimas, com o lançamento do seu primeiro porta-aviões e movendo sua principal base submarina para as ilhas Hainan ao Sul do país (KAPLAN, 2014). O governo chinês também despertou tensões com o Vietnã e com as Filipinas, ao decidir pela construção de uma plataforma de petróleo no Mar do Sul da China (COHEN, 2014).

Caso os Estados Unidos e a China ingressem em uma competição intensa por segurança, há a possibilidade – dentro dos termos realistas – da formação de uma nova *Doutrina Monroe*, uma fonte (mesmo improvável) de conflito, na qual a China tornaria o Leste Asiático sua zona de influência e atuaria contra ingerências externas. Desse modo, a China dominaria a região do mesmo modo que os Estados Unidos dominaram o hemisfério ocidental, além de “empurrar” os EUA para fora do continente asiático (COHEN, 2014; BRZEZINSKI; MEARSHEIMER, 2005; MEARSHEIMER, 2012). De acordo com Goswami (2013, p. 5), os temas da estabilidade interna, integridade territorial, unidade, bem como da reintegração de territórios historicamente reivindicados, são amplamente referenciados nos *Chinese National Papers of Defence*. O futuro reservará difíceis negociações diplomáticas entre a China e seus vizinhos, e os Estados Unidos poderão exercer um papel primordial como mediador.

A assertividade chinesa também incluiu Taiwan – ponto de inflexão nas relações entre China e Estados Unidos. Os EUA reconheceram o princípio de “uma China” na década de 1970 e não reconhecem oficialmente a independência de Taiwan. Contudo, continuam atrelados à ilha pelo *Taiwan Relations Act*⁴ de 1979, pelo qual apoiam seu sistema de defesa, exportando armamentos ao governo de Taipé. A China sempre tem repudiado esta política americana e ensaiou um teste frente à disposição americana nas eleições taiwanesas de 1994. Mas a resposta firme do governo Clinton lhe mostrou que a doutrina dos EUA – segundo a qual Taiwan não pode declarar

3 Em termos geopolíticos, além de sua assertividade no Mar meridional, a China também tem procurado aumentar sua influência política no continente africano. Segundo Friedrich Ratzel, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território. Sendo assim, o expansionismo seria algo natural e inevitável. Haveria uma necessidade de criação de um “espaço vital” (*Lebensraum*), no qual há uma proporção de equilíbrio entre população e recursos naturais. A maior demanda por insumos para o crescimento fez com que a China aumentasse consideravelmente seus investimentos na África em obras de infraestrutura e serviços básicos, e em troca, receberia garantias de fornecimento de recursos naturais.

4 *To help maintain peace, security, and stability in the Western Pacific and to promote the foreign policy of the United States by authorizing the continuation of commercial, cultural, and other relations between the people of the United States and the people on Taiwan, and for other purposes*. Disponível em: <<http://www.ait.org.tw/en/taiwan-relations-act.html>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

unilateralmente a independência, nem a China pode ameaçar invadir Taiwan – tem o apoio da sociedade americana.

A interdependência econômica entre a China continental e Taiwan é cada vez mais intensa devido aos maciços investimentos taiwaneses na China, que muito contribuíram para o seu desenvolvimento tecnológico, assim como o diálogo de alto nível entre os dois governos e, mais recentemente, a abertura de dezenas de voos regulares semanais entre as duas regiões. Diante disso, as possibilidades de conflito bélico entre China e Taiwan são muito baixas, exceto no caso de uma grave crise política na China que ponha em perigo o poder do Partido Comunista. Nesse caso, a linha dura do governo chinês poderia arriscar uma invasão a Taiwan como um mecanismo de criar coesão nacional a favor do regime autoritário.

Ao tentar consolidar sua ascendência na Ásia, bem como estreitar relações com os países vizinhos, a China também incita um jogo de poder na região com outras duas potências: Índia e Japão. O governo chinês se opõe à entrada dos dois países no Conselho de Segurança das Nações Unidas, além de sustentar tensões regionais em torno de rivalidades históricas e disputas territoriais como as “ilhas *Diaoyu (Senkaku)* e os recifes de *Okinotori*, com o Japão, e áreas em torno da fronteira de *Kashmir* e *Arunachal Pradesh*, com a Índia⁵” (VISENTINI, 2011, p. 101). Segundo Goswami, a narrativa japonesa sobre essas e outras ilhas em disputa é a de que o Japão as ocupou unilateralmente em 1895, e que a China somente veio a reivindicar a posse das ilhas nos anos 1970 quando foi descoberto que os fundos marinhos poderiam conter ricos depósitos de petróleo e gás (2013).

O fortalecimento de relações entre Índia, Vietnã, Mianmar, Taiwan, Japão, Coreia do Sul, Austrália e a ASEAN pode ser interpretado como uma *balança de poder* à ascensão chinesa. A Índia assinou acordos de defesa e estabeleceu uma cooperação naval com os países da região a fim de garantir a “liberdade de navegação” em águas internacionais (GOSWAMI, 2013, p. 14). A aproximação com o governo japonês fortaleceu-se em 2012 com o Diálogo Político de Defesa Japão-Índia em Tóquio, no qual os países participaram em exercícios militares conjuntos. O Japão também foi convidado em 2014 pelo governo indiano para participar do *Malabar Naval Exercise*, anteriormente um exercício bilateral naval entre Índia e EUA, ao qual se somaram Austrália e Singapura (GOSWAMI, 2013).

A China poderia se envolver em maior medida com os compromissos regionais e globais, aproveitando a ineficiência de boa parte das instituições multilaterais na Ásia, e assumir uma liderança dos organismos de coordenação. Tal estratégia, realizada de forma pacífica e responsável, poderia ajudar a legitimar o status do país como potência regional. Cheng-Chwee Kuik (2011) acredita que a China se envolverá progressivamente no multilateralismo, como tem demonstrado sua evolução desde o século passado. Segundo o autor, o país possuía um perfil periférico, pouco participativo e desafiador das organizações multilaterais nos anos 1950-70. Posteriormente, tornou-se um participante pragmático na década de 1980 sob o comando de Deng Xiaoping.

5 Goswami relata que “tais alterações de poder no Leste Asiático em razão da ascensão chinesa são claramente representadas, em Novembro de 2012, no lançamento do novo passaporte chinês equipado com microchip que mostra o Mar do Sul da China inteiro, Taiwan, e duas regiões da Índia (notavelmente Arunachal Pradesh e Akshai Chin) como territórios chineses” (2013, p. 5).

Finalmente, converteu-se em um integrante ativo do multilateralismo no final dos anos 1990. Para o autor, é possível que os líderes chineses tenham reconhecido que a cooperação multilateral é um meio vital para interagir com o mundo exterior de forma a atender aos interesses internos do regime (KUIK, 2011, p. 147).

Há outras razões pelas quais a China poderia se envolver melhor no multilateralismo regional. O leste asiático vem sofrendo há muito de uma “lacuna organizacional”, mesmo com o alto grau de interdependência econômica e produtiva da região. A evolução multilateral na região tem sido lenta, o que ajuda a alimentar riscos geopolíticos frente às crescentes rivalidades nacionalistas; à carência de reservas domésticas de energia prontamente acessíveis; à infraestrutura inadequada de transporte e de comunicações; e aos riscos de proliferação nuclear (CALDER; FUKUYAMA, 2012).

Após a Segunda Guerra Mundial, coube aos EUA o papel de coordenar os eixos multilaterais na região da Ásia-Pacífico. Contudo, o país não conduziu grandes esforços para eliminar a maior parte das rivalidades intra-asiáticas do pós-guerra e “muitas fronteiras permaneceram ambíguas e ferozmente disputadas” (CALDER; FUKUYAMA, 2012, p. 15). Houve uma tentativa regional de construção de um arranjo coletivo de segurança nos moldes da OTAN, a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) em 1954, mas que, dentre outras razões, pela inclusão de potências ocidentais no acordo, sua legitimidade na Ásia foi prejudicada, e a organização foi dissolvida em 1977. A ASEAN, criada em 1967, tomou um caminho diferente e mais promissor. Embora apoiada pelos EUA, não os incluiu na organização nem outras potências ocidentais ou mesmo governos controversos da antiga Indochina. Assim, a organização possuía uma relativa neutralidade e foi reforçada pelo princípio da não intervenção nos assuntos internos dos Estados membros. Outras instituições criadas na região permanecem: o Banco Asiático de Desenvolvimento (desde 1965); *The Pacific Economic Cooperation Council* – PECC (desde 1980); e a *Asia-Pacific Economic Cooperation* – APEC (desde 1989). Esta última – criada por iniciativa de Japão e Austrália – perdeu impulso na segunda metade da década de 1990, destacando-se mais como fórum político para a formação de redes de alto nível (CALDER; FUKUYAMA, 2012). Outra espécie de organização, o *East Asia Summit*, criado em 1995, tem ganhado cada vez mais importância. Como fórum de líderes regionais para diálogo estratégico voltado aos desafios da região do leste asiático, compreende os 10 países da ASEAN (Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã), Austrália, China, Índia, Japão, Nova Zelândia, Coreia do Sul, os Estados Unidos e a Rússia⁶.

A China adquirirá um papel ativo na construção de instituições capazes de fomentar a cooperação da região da Ásia-Pacífico caso ascenda pacificamente, a fim de projetá-la como potência responsável. Por enquanto, o governo de Pequim tem se esforçado na promoção da organização intergovernamental permanente *The Shanghai Cooperation Organisation* – SCO, criada em junho de 2001 e composta por seis Estados membros, todos eles com regimes autoritários: China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Tadjiquistão. A organização

⁶ Disponível em: [<http://www.asean.org/asean/external-relations/east-asia-summit-eas>] e < <http://www.dfat.gov.au/asean/eas/>]. Acesso em: 15 mai. 2014.

é um certo contraponto à OTAN, em especial, objetivando contrabalancear a influência ocidental na Ásia⁷

Preocupações Internas e (Des)Compromissos Globais

O multilateralismo internacional perdeu “fôlego”, bem como as instituições internacionais da governança global apresentam ineficiência e mecanismos desgastados. Dentre tantas outras, destacam-se duas razões: o advento da crise de 2008, que provocou de certa forma um aumento do protecionismo e maior preocupação com os assuntos internos nos Estados; e a ausência de uma superpotência que deseje arcar com os custos de uma efetiva governança global.

Apesar de a economia ser uma fonte de cooperação e paz no sistema internacional, também pode produzir atritos quando há práticas desleais ou fora das regras acertadas, mesmo nas relações tão interdependentes entre Estados Unidos e China. De acordo com Berggruen e Gardels (2013, p. 54), “Um quarto do declínio agregado do emprego fabril nos Estados Unidos ao longo das últimas duas décadas deveu-se ao comércio com a China” em uma competição manufatureira. A retomada das negociações para um eventual macroacordo entre EUA e União Europeia pode advir do momento de crise e recessão como estímulo para uma reação defensiva contra novas “invasões chinesas” de produtos de baixo custo de produção em face da concorrência julgada predatória (embora grande parte da oferta chinesa advir de marcas registradas europeias ou americanas) (ALMEIDA, 2013, p. 35).

As negociações internacionais nos assuntos comerciais e econômicos poderão ser cada vez mais dirigidas por competição, como já acontece com relação à mudança climática. A OMC não foi até o momento eficiente em controlar as pressões protecionistas que emergiram nos últimos anos. Conflitos em torno da liberalização do comércio, subsídios, manipulações de valor de moeda, acumulação de reservas, imposições de medidas antidumping e proteção aos direitos de propriedade intelectual, são outros temas que causam muitas divergências internacionais (BREMNER; ROUBIN, 2011). A China é um dos principais atores dentro do G20 na erosão das regras de comércio internacional.

Para Ikenberry (2011), se a China desejar fazer do yuan a moeda global, sofrerá pressões para estabilizar as mesmas condições institucionais que fizeram os Estados Unidos possuírem o dólar como moeda internacional. Segundo o autor, os EUA fizeram sua moeda assumir um papel internacional não somente pelo tamanho da economia do país, mas também porque os EUA construíram mercados financeiros e instituições domésticas desenvolvidas, estáveis, abertas e estabelecidas no Estado de Direito. Mesmo em momentos de políticas unilaterais americanas – como o fim da convertibilidade dólar/ouro em 1972 e a elevação radical das taxas de juros em

⁷ Possui como Estados observadores Afeganistão, Índia, Irã, Mongólia e Paquistão, e como “parceiros de diálogo” (*dialogue partners*) Bielorrússia, Turquia e Sri Lanka. Segundo o site da organização, os principais objetivos da SCO são: fortalecer a confiança mútua e relações de boa vizinhança entre os Estados membros; promover cooperação efetiva na política, na economia e comércio, ciência e tecnologia, cultura, educação, energia, transporte, turismo, proteção ambiental e outros campos; realizar esforços conjuntos em assegurar a paz, segurança e estabilidade na região, movendo em direção ao estabelecimento de uma nova ordem internacional, democrática, justa e politicamente e economicamente racional. Disponível em: [<http://www.sectesco.org/>]. Acesso em: 15 mai. 2014.

1979 – as tendências profundas de longo prazo de respeito dos contratos e disposição a pagar a dívida pública (sem equivalentes no resto do mundo), a credibilidade do dólar manteve-se firme. Spence argumenta que se a China ceder às pressões e valorizar sua moeda – sem as mudanças estruturais complementares – o principal efeito será a redução do crescimento que não seria do interesse de ninguém (2011, p. 138).

O impacto do crescimento chinês é notável em diversas áreas, como a da mudança climática, do aumento da demanda agregada global e da consequente alteração de preços internacionais de recursos – alimentos, energia e outros recursos naturais –, bem como do volume e composição do comércio e fluxo de capitais (SPENCE, 2011, p. 163). Como afirma Ünay: “Especially in the aftermath of global crisis, it has become clear that China is no longer viewed just as a source of disruption in the world system, but as an indispensable partner in hauling the world economy out of trouble” (2013, p. 146).

A China, bem como a Rússia, não seriam potências revisionistas em grande escala – apesar de procurarem oportunidades de resistência à liderança global dos EUA –, e estão profundamente integrados à economia mundial e suas instituições. O governo chinês participa dos mais altos tabuleiros da governança global, sendo membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, participante ativo da OMC, do FMI, do Banco Mundial, do Tratado de Não Proliferação Nuclear e do G-20. Apenas nas negociações para mitigar a mudança climática a China tem uma atitude pouco cooperativa, postura também comum aos EUA. Nesta área, a União Europeia é a única grande potência responsável. De fato, o que a China deseja é um papel maior em algumas dessas organizações (IKENBERRY, 2014).

A contenção da proliferação nuclear foi erodida pela nuclearização de Israel, Índia, Paquistão e Coreia do Norte. E o caso mais grave se apresenta atualmente com relação ao Irã, cuja eventual nuclearização desencadearia uma corrida no Oriente Médio. A China não tem sido um ator responsável de contenção com relação à nuclearização do Paquistão, Coreia do Norte e Irã.

Segundo Spence (2011, p. 166), a China enfrenta diversos desafios relacionados a seu crescimento e seu desenvolvimento internos, bem como a seu papel na economia global. Dentre eles: uma mudança macroeconômica para um nível maior de renda familiar e consumo, com uma expansão mais rápida da classe média; reversão do padrão de crescente desigualdade de renda; diminuição do nível muito alto de poupança em relação ao investimento e consequente redução do superávit em conta corrente; a busca pela redução da intensidade do uso de energia e carbono no crescimento futuro (SPENCE, 2011, p. 166). Há preocupações em diversos mercados quanto à sustentabilidade de longo prazo do crescimento econômico chinês. A demografia chinesa também constitui-se num elemento preocupante, a população está envelhecendo rapidamente e o sistema de aposentadoria é muito precário (NYE, 2011). Em 2030, a pirâmide demográfica chinesa se assemelhará com as mais envelhecidas do mundo (Japão, Coreia do Sul e Itália).

Há motivos para se acreditar nos dois primeiros cenários expostos na introdução, mais otimistas e crentes na maior cooperação chinesa no sistema internacional. Do mesmo modo, o Partido Comunista chinês possui muitos problemas internos para tentar solucionar, a exemplo da gestão dos graves problemas ambientais e massivo aumento da desigualdade social resultantes do desenvolvimento acelerado (BERGRUEN; GARDELS, 2013, p. 52). Arriscar-se em uma política

externa confrontacionista à atual ordem internacional e, em especial, em um conflito com os EUA, poderia fazer com que esses problemas se tornassem ingovernáveis, podendo romper com seu crescimento, bem como provocar um aumento dos movimentos sociais internos e ameaçar a unidade e poder do partido.

Limites para Reformas no Modelo Chinês

A China deve adotar reformas sociopolíticas – combate à corrupção e à poluição, maior liberdade de expressão, aumento do pluralismo político, judiciário independente, transição para um regime híbrido de autoritarismo competitivo; e econômicas – maior transparência e *accountability* das empresas estatais, reforma do sistema financeiro, reconhecimento pleno do direito de propriedade privada – e buscar maior convergência de forma continuada na ordem liberal global das democracias de mercado, caso queira manter um crescimento significativo (em torno de 6/7% ano) e diminuir profundas tensões sociais intrarregionais e inter-regionais.

Embora acreditemos na relação entre a expansão da classe média e demanda por participação política, faz-se necessário a alusão de ressalvas empíricas e de que há enormes desafios estruturais e históricos para o avanço da democracia e pluralismo político na China. A associação entre desenvolvimento econômico e democracia ocupa uma parte considerável da agenda de pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais do século XXI, e China e Rússia são, sem dúvida, os casos mais desafiantes.

As duas grandes guerras mundiais e os embates construídos por governos autoritários e totalitários incentivaram estudos sobre as origens e causas de um regime democrático. Muitos analistas, como Samuel Huntington, argumentam que o desenvolvimento econômico de um país impulsiona a transição democrática ao elevar o tamanho da classe média. Já Rueschmeyer, e Jonh Stephens e Evelyne Stephens, na obra *Capitalism Development and Democracy* (1992), desenvolvem o argumento de que a democracia avançou de forma mais eficiente e mais rápida nos países ocidentais desenvolvidos porque suas sociedades passaram por uma industrialização maciça e por um desenvolvimento capitalista. Esse movimento daria existência a largas e poderosas classes operárias e, segundo os autores, é pela ação política direta dessas classes, por meio de sindicatos e partidos políticos, que a democracia é criada.

O desenvolvimento capitalista estaria associado à democracia porque ela transforma a estrutura de classe, ampliando as classes trabalhadoras e médias, facilitando a sua auto-organização e tornando mais difícil sua exclusão pelas elites. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento enfraquece a classe alta urbana e os latifundiários, os adversários mais sólidos da democracia. Ao contrário do argumento marxista, os autores demonstram que por muitas vezes os capitalistas têm sido geralmente adversários da democracia, porque temem que o poder esteja se movendo à classe trabalhadora (RUESCHEMYER; STEPHENS; STEPHENS, 1992). No caso chinês, a tecnoburocracia estatal e o Partido Comunista (fortemente imbricados) são os principais adversários da transição democrática, já que, dentro dos termos acima, estão (junto com a nova classe empresarial privada) entre os principais detentores das riquezas do país, controlando os principais setores nacionais.

Além disso, na China, o Estado sempre desempenhou um papel muito mais forte do que a sociedade civil, diferente dos EUA e de boa parte da Europa, onde a sociedade civil foi formada antes mesmo da criação do Estado nacional.

Há também relatos sobre uma espécie de retrocesso da democracia no século XXI. Segundo a *Freedom House*⁸, o ápice da democracia no mundo foi atingido no início dos anos 2000. Para Kurlantzick (2013), a democracia está em baixa fora do mundo não ocidental, com uma deterioração de sua qualidade nos países pobres e emergentes. O autor argumenta que parcela da “culpa” por tal retrocesso democrático é justamente da classe média, que por muitas vezes nesse século foi favorável à manutenção de uma democracia limitada na qual construíram sua riqueza, apoiando mais a estabilidade em detrimento de um alargamento da franquia democrática que aumente a inclusão econômica e diminua a desigualdade social. Diante disso, uma futura transição democrática na China deveria evitar as armadilhas da classe média para um aumento eficiente do pluralismo político no país. Nada obstante, Taiwan e Coreia do Sul são exemplos de países que passaram por uma transição democrática após a ascensão de uma classe média.

Contudo, a falta de liberdade de acesso à informação e controle social por parte do governo chinês pode alimentar anseios por democracia por parte de sua crescente classe média, já que não seria uma demanda apenas por participação política mas também por maior liberdade econômica e social (facilitada pela democracia política). As autoridades chinesas do PCC desencadearam uma dura reação contra os movimentos pró-abertura política no país inspirados pela Primavera Árabe, temendo uma eventual contaminação (VIOLA; FRANCHINI; RIBEIRO, 2013, p. 101)

Segundo Ikenberry (2011) “há pouca evidência de que Estados autoritários podem se tornar verdadeiramente sociedades avançadas sem se moverem em uma direção liberal democrática”. Ademais “a legitimidade de governo de um partido se apoia mais na habilidade do Estado em aferir crescimento econômico e pleno emprego do que princípios políticos do partidários e comunistas”. Para Joseph Nye (2013), a China, sem um regime democrático, não favorece uma ampla abertura para sua sociedade civil, inclusive, reprime a manifestação doméstica de ativistas de direitos humanos, o que só prejudica a construção de tal poder de atração pelo país. Nye argumenta que a China erra em não entender que não é o governo o principal produtor de *soft power* de um país, mas, sim, a sociedade civil.

Segundo Berguren e Gardels (2013), o modelo de governança chinês interno – embora não democrático – apresenta certos atributos positivos que merecem ser analisados com maior cautela. A elite política chinesa é uma elite letrada e experiente que se baseia nas noções neoconfucianas de pragmatismo e virtude e conhecimento. A escolha dos representantes do mandarinato moderno chinês é realizada por via meritocrática. A ênfase maior no respeito aos direitos comunitários ou coletivos em detrimento dos direitos individuais poderia garantir no longo prazo as necessidades da maioria (BERGGRUEN, GARDELS, 2013). Contudo, nos últimos 35 anos de espetacular crescimento econômico da China, tem havido um aumento extraordinário da desigualdade social. Pela rapidez e intensidade do aumento da desigualdade na distribuição de renda, o processo chinês não tem paralelo no mundo. O mandarinato moderno planeja o futuro do país com um par de décadas de

8 *Freedom House Site*. Disponível em: [http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2013#.U14D_PldVds]. Acesso em: 13 mai. 2014.

antecedência ao estar (por causa do regime autoritário) relativamente protegido das pressões de grupos de interesse de curto e médio prazo. O Estado possui o controle dos recursos naturais e “conduz o mercado por meio de políticas industriais intervencionistas, manipulação do câmbio e extensa regulamentação. Sessenta por cento dos maiores setores são controlados pelo Estado” (BERGGRUEN, GARDELS, 2013, p. 61). Além disso, desde 2008, o país investe significativamente em economia verde e assumiu a liderança na energia solar e eólica e em outras tecnologias de energias renováveis.

Apesar de alguns atributos positivos do modelo, os autores defendem que uma boa governança “deve *delegar* poder e *envolver* os cidadãos de maneira mais significativa no comando de suas comunidades”, e descentralizar o poder legitimando “a delegação de autoridade através de uma *divisão de tomada de decisões* com instituições capazes de gerenciar os vínculos sistêmicos de integração” (BERGGRUEN, GARDELS, 2013, p. 37). A centralização do regime político chinês tem sido marcada por um aumento extraordinário da corrupção. Podem se distinguir três setores na classe dirigente estatal chinesa: uma cada vez mais minoritária formada por burocratas de mentalidade estritamente confuciana que não são corruptos, mas também não combatem a corrupção; uma segunda também confuciana que participa em grau limitado da corrupção – este é o setor quantitativamente dominante; e um terceiro setor formado por agentes cuja principal função é intermediar a corrupção dentro da burocracia e com o setor privado. Este último setor tem crescido extraordinariamente em poder na última década e, segundo o novo presidente Xi, ameaça a estabilidade do Estado chinês e o papel dominante do Partido Comunista.

Uma outra possível reforma a ser adotada pelo regime chinês seria a adoção de um modelo federal que acomode as demandas internas e melhore a governança de suas unidades subnacionais. As províncias chinesas – em especial as costeiras, como Guandong – foram grandes responsáveis por demonstrarem que o crescimento econômico traria estabilidade política para o regime e que, para isso, necessitavam de certa liberdade comercial e de investimentos. As reformas lideradas por Deng Xiaoping, movidas em boa parte por descentralização e internacionalização, ajudaram as províncias chinesas a exercerem seu papel de atores internacionais de forma direta e indireta. As províncias usaram os canais de acesso à burocracia nacional influenciando a política externa chinesa, bem como se engajaram internacionalmente por meio da criação de instituições provinciais e desenvolvendo uma vigorosa paradiplomacia subnacional (BUENO; LIMA; ALMEIDA, 2013).

Scott Moore, em artigo do *The New York Times*, defende que o governo chinês poderia realizar uma reforma política de longo prazo em torno de um federalismo, de forma a conceder uma autonomia substancial e poder de decisão para as regiões subnacionais do Estado chinês. Contudo, o sistema chinês concede aos oficiais locais muitas responsabilidades, mas não de prestação de contas aos eleitores. Os governos locais enfatizam o crescimento de curto prazo em detrimento de diretrizes voltadas ao bem-estar social ou antipoluição, resultando em más implementações de políticas ambientais e políticas sociais (MOORE, 2014). Na última década, o governo central tem estabelecido padrões contraditórios de altíssimo crescimento econômico e razoável proteção ambiental que obviamente os governos locais não podem alcançar, tendo que optar entre crescimento econômico e proteção ambiental, sendo que, quase sempre, optam pelo crescimento. Apenas a cidade de Shanghai, a mais moderna, capitalista e pluralista da China, consegue dar alguma importância à proteção ambiental. Uma reforma descentralizante

ajudaria o governo central a acomodar demandas regionais e diminuir o incentivo de movimentos separatistas como no Tibete e Xinjiang, e a propor uma solução pacífica de longo prazo para Taiwan e Hong Kong. Caso contrário, haverá impulsos crescentes na direção da instabilidade social. Claro que, deve-se preservar o aspecto da história do pensamento político chinês de um Estado unitário único ou *dayitong*, e que a espécie de federalismo adotado no país “não se assemelharia aos dos moldes ocidentais, mas ao adotado na Índia, Paquistão e Malásia, onde os governos centrais possuem um papel mais central do que no Ocidente” (MOORE, 2014).

Considerações Finais

De fato, a dimensão da China em seus aspectos demográficos, políticos, militares e econômicos converte o país em um gigante decisivo para o futuro do sistema internacional, e alguns dos seus impactos de longo prazo continuam relativamente incertos. A história da política externa chinesa no período 1978-2010 e seu conceito de ordem mundial sugerem semelhanças à teoria construtivista e pacifista, ao considerar o papel das percepções entre os Estados, as formações de identidades e rejeição de uma política imperialista e expansionista. Contudo, sua recente assertividade na guerra cibernética e nos mares da China Meridional e Amarelo parecem caminhar em outra direção. A China dificilmente possuirá autonomia política e econômica e *soft power* para “dominar” uma região tão imensa e de complexas interações culturais como é o continente asiático.

Não pode-se desconsiderar o forte intercâmbio comercial, financeiro e até educacional entre EUA e China. Uma analogia às relações ecológicas do ramo da biologia ajuda a entender a dimensão da interdependência entre as duas potências. As relações entre EUA e China transitaram de uma época em que eram similares a uma *protocooperação* – relação de benefícios a ambas às partes, mas facultativa, podendo um viver sem o outro – a uma relação de *mutualismo* – benefícios mútuos tão arraigados em que o rompimento da relação transtorna a estrutura vigente com potencial de desastre a ambos.

A China foi ao longo do tempo aumentando a interdependência com os países ocidentais, e possui interesses econômicos mais congruentes com a ordem internacional existente. A integração nessa ordem – um sistema global capitalista, aberto e largamente institucionalizado – é uma condição necessária para o comércio e investimento para impulsionar o crescimento econômico chinês. O que o país deseja é certa revisão do arcabouço institucional do sistema, o qual possa ajustar a sua protuberância econômica ao aumento do poder de participação política do país nas principais organizações da governança global – particularmente as econômicas como o FMI e o Banco Mundial. Os preceitos liberais concernentes à interdependência complexa, institucionalismo e complexo democrático favorecem sólidos argumentos em defesa da maior possibilidade de convergência entre a China e os EUA e à ordem internacional. De forma mais pragmática, os chineses são os maiores detentores de bônus do tesouro norte-americanos, que permitiram por mais de uma década a combinação de baixa inflação e baixa taxa de juros nos EUA, enquanto os EUA são o principal mercado para as manufaturas chinesas e, nesse sentido, foram decisivos para promover a ascensão da China. A China necessita dos investimentos norte-americanos e ocidentais

para a manutenção de seu crescimento, enquanto o país, junto aos Estados do leste asiático, são componentes fundamentais das cadeias globais de valor, essenciais ao desenvolvimento da economia globalizada na segunda década do século XXI.

A despeito de o crescimento econômico chinês continuar sendo muito vigoroso, o mesmo passará por grandes desafios. Na medida em que a China mantém o controle de natalidade – sem punir a discriminação contra o nascimento de mulheres, sem associar com políticas de saúde que promovam a longevidade saudável e sem desenvolver o sistema de aposentadoria – o país sofrerá problemas demográficos e econômicos resultantes, em razão do aumento da população de idosos em precário estado de saúde (e do desequilíbrio entre homens e mulheres) em detrimento da população economicamente ativa. Além disso, poderão aumentar as tensões resultantes da disparidade de renda, da corrupção continuada e dos graves problemas ambientais com repercussão na saúde. A transição para uma sociedade de classe média extensa demandará uma reestruturação macroeconômica de longo prazo e possíveis reformas políticas.

Quanto aos aspectos de governança, a crise econômica de 2008 pode ter intensificado o papel do Estado na economia, e as preocupações com as causas internas de cada Estado. A China não difere disso, e não parece desejar arcar com os custos de uma liderança global, bem como assumir outras responsabilidades. Diante disso, para legitimar seu status de grande potência, o país deveria assumir mais responsabilidades com a governança global, assumindo claramente as normas do sistema internacional. Conforme argumenta Acharya (2011), a China parece estar mais preocupada em legitimar suas aspirações nacionais de poder do que contribuir à governança global.

Os pensadores que defendem uma causalidade entre a ascensão econômica chinesa e de outros mercados emergentes e um declínio significativo da hegemonia norte-americana são contestados pela maioria dos internacionalistas. Para estes, os EUA continuam sendo incontestáveis no âmbito político e militar (mesmo que seu poder relativo tenha diminuído com relação às décadas de 1990 e 2000), e são o polo central da economia mundial, mesmo que o grau de centralidade tenha diminuído com relação a seu apogeu na década de 1990. Apenas uma aliança consistente entre China e Rússia poderia tentar contestar a hegemonia das democracias de mercado lideradas pelos EUA, que conta a seu favor com um poderoso arcabouço institucional (convergência de valores democráticos, pactos militares plurilaterais como a OTAN) e bilaterais (como as alianças com o Japão e com Coreia do Sul).

Existe significativa desconfiança histórica e geopolítica entre China e Rússia, o que dificultaria a construção de uma aliança consistente, mesmo que as relações tenham tendido a melhorar em função da doutrina de Putin de promover uma civilização eurásiana como contraposta ao Ocidente democrático. Mesmo se essa aliança se consolidar, isto provocaria rejeição entre a maior parte dos vizinhos eurásianos da China e da Rússia, e não apenas entre os democráticos, como Japão, Coreia do Sul, Índia, Filipinas, Malásia, Tailândia, Austrália e Indonésia, mas também entre alguns autoritários como Vietnã e Azerbaijão.

A política chinesa de assertividade e aumento do nacionalismo é contraproducente à estabilidade regional, à governança global e à solução de seus problemas internos. Para aumentar a legitimidade do regime político unipartidário e manter altas taxas de crescimento econômico, o país deverá adotar medidas que busquem o aumento de convergência com a ordem global

existente, tais como: reforma política para a transição gradual para um regime semidemocrático; concessão de certa liberdade às suas províncias para diminuir as pressões separatistas e de má governança interna; maior participação nos eixos cooperativos multilaterais no continente asiático em vez de uma política coerciva e agressiva; e o aumento de responsabilidades globais para legitimar seu status de grande potência. Intensificar a interdependência com as democracias de mercado não significa necessariamente que a China precise abdicar de seus valores ou que poderá ocorrer uma “aculturação”. Exemplo disso é o do Japão, que se modernizou e em parte se “ocidentalizou” sem deixar de ser oriental e asiático, ou simplesmente “japonês”.

Referências Bibliográficas

ACHARYA, Amitav. 2011. Can Asia lead? Power ambitions and global governance in the twenty-first century. *International Affairs*, v. 87, n. 04, p. 851-869.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. 2013. EUA e UE negociam uma super zona de livre comércio. *O Debatedouro*, ano 12, n. 01, ed. 82, p. 33-37.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS. Disponível em: [<http://www.asean.org>]. Acesso em: 23 mar. 2014.

BERGGRUEN, Nicolas; GARDELS, Nathan. 2013. *Governança Inteligente para o Século XXI: uma via intermediária entre Ocidente e Oriente*. Rio de Janeiro: Objetiva.

BREMMER, Ian; ROUBINI, Nouriel. 2011. A G-Zero world: the new economic club will produce conflict, not cooperation. *Foreign Affairs*. 31 jan. 2011. Disponível em: [<http://www.foreignaffairs.com/articles/67339/ian-bremmer-and-nouriel-roubini/a-g-zero-world>]. Acesso em: 23 mar. 2014.

BRZEZINSKI, Zbigniew; MEARSHEIMER, John J. 2005. Clash of the titans. *Foreign Policy*. 05 jan. 2005. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2005/01/05/clash_of_the_titans]. Acesso em: 05 abr. 2014.

BUENO, Ironildes; LIMA, Jean S; ALMEIDA, Wilson. 2013. Russian and Chinese sub-national governments' trade and investment promotion. In: BUENO, Ironildes; ALMEIDA, Wilson. (eds.). 2013. *International Business: New Opportunities to Brazilian Companies in a Competitive World*. Lutherville: Global South Press. p. 53-78.

BUZAN, Barry. 2011. A world order without superpowers: decentered globalism. *The Inaugural Kenneth N. Waltz Annual Lecture*, v. 25, n. 01, p. 3-25.

CALDER, Kent; FUKUYAMA, Francis. (eds.). 2012. *Multilateralismo na Ásia Oriental: perspectivas para a estabilidade regional*. Rio de Janeiro: Rocco. p. 292-316.

COHEN, Richard. 2014. China's Monroe Doctrine. *The New York Times*. 08 mai. 2014. Disponível em: [<http://www.nytimes.com/2014/05/09/opinion/cohen-chinas-monroe-doctrine.html>]. Acesso em: 20 mai. 2014.

FREEDOM HOUSE. 2013. *Freedom in the World 2013*. Disponível em [http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world2013#.U14D_Pld Vds]. Acesso em: 05 abr. 2014.

FUKUYAMA, Francis. 1992. *The End of History and the Last Man*. New York: Free Press.

GOSWAMI, Namrata. 2013. Power shifts in East Asia: balance of power vs. liberal institutionalism. *Perceptions: Journal of International Affairs*, v. 18, n. 01, p. 3-31.

GRIFFITHS, Rudyard. (ed.). 2011. *Does the 21st Century Belong to China? Kissinger and Zakaria vs. Ferguson and Li: the Munk debate on China*. Toronto: Anansi.

IKENBERRY, John. 2008. The rise of China and the future of the West: can the liberal system survive? *Foreign Affairs*. jan/fev. 2008. Disponível em: [<http://www.foreignaffairs.com/articles/63042/g-john-ikenberry/the-rise-of-china-and-the-future-of-the-west>]. Acesso em: 07 mai. 2014.

_____. 2011. The future of the liberal order: internationalism after America. *Foreign Affairs*. may/jun. 2011. Disponível em: [<http://www.foreignaffairs.com/articles/67730/g-john-ikenberry/the-future-of-the-liberal-world-order>]. Acesso em: 09 mai. 2014.

_____. 2014. The illusion of geopolitics: the enduring power of the liberal order. *Foreign Affairs*. mai/jun. 2014. Disponível em: [<http://www.foreignaffairs.com/articles/141212/g-john-ikenberry/the-illusion-of-geopolitics>]. Acesso em: 28 mai. 2014.

KENNEDY, Paul. 1989. *The Rise and Fall of The Great Powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. New York: Random House.

KAPLAN, Robert D. 2014. *Asia's Cauldrom: The South China Sea and the end of a stable Pacific*. New York: Random House.

KEOHANE, Robert O. 2002. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. London: Routledge.

KISSINGER, Henry A. 2005. China: containment won't work. *The Washington Post*. 13 jun. 2005. Disponível em: [<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/06/12/AR2005061201533.html>]. Acesso em: 03 jun. 2014.

_____. 2011. *On China*. New York: Penguin Press.

_____. 2012. The future of U.S - Chinese relations: conflict is a choice, not a necessity. *Foreign Affairs*. mar/abr. 2012. Disponível em: [<http://www.foreignaffairs.com/articles/137245/henry-a-kissinger/the-future-of-us-chinese-relations>]. Acesso em 07 jun. 2014.

KUIK, Cheng-Chwee. 2012. O multilateralismo da China em evolução na Ásia: as explicações da *aussenpolitik* e da *innenpolitik*. In: CALDER, Kent; FUKUYAMA, Francis. (eds). 2012. *Multilateralismo na Ásia Oriental: perspectivas para a estabilidade regional*. Rio de Janeiro: Rocco. p. 145-185.

KURLANTZICK, Joshua. 2013. One step forward, two steps back: democracy is in retreat, and there's a surprising culprit. *Foreign Policy*. 4 mar. 2013. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/03/04/one_step_forward_two_steps_back]. Acesso em: 30 mar. 2014.

MEADE, Walter Russell. 2014. The Return of Geopolitics: The Revenge of the Revisionist Powers. *Foreign Affairs*. mai/jun. 2014. Disponível em: [<http://www.foreignaffairs.com/articles/141211/walter-russell-mead/the-return-of-geopolitics>]. Acesso em: 18 mai. 2014.

MEARSHEIMER, John J. 2001. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York and London: W. W. Norton & Company.

_____. 2012. *Why China cannot rise peacefully*. Video (1h 30min 46s). University of Ottawa: *Centre for International Policy Studies*: University of Ottawa 17 out. 2012. Disponível em: [<https://www.youtube.com/watch?v=CXov7MkgPB4>]. Acesso em: 20 mar. 2014.

MOORE, Scott. 2014 The United States of China. *The New York Times*. 11 mar. 2014. Disponível em: [<http://www.nytimes.com/2014/03/12/opinion/the-united-states-of-china.html>]. Acesso em: 07 abr. 2014.

NYE JR., Joseph S. 2011. *The Future of Power*. New York: Public Affairs.

_____. 2013. What China and Russia don't get about soft power. *Foreign Policy*. 29 abr. 2013. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/04/29/what_china_and_russia_don_t_get_about_soft_power]. Acesso em: 19 jun. 2014.

RUESCHEMEYER, D; HUBER, Evelyne; STEPHENS, John D. 1992. *Capitalism Development and Democracy*. Chicago: University of Chicago Press.

SPENCE, Michael. 2011. *Os Desafios Futuros da Economia: o crescimento econômico mundial nos países emergentes e desenvolvidos*. Rio de Janeiro: Elsevier.

THE NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. 2009. *O Novo Relatório da CIA: como será o mundo amanhã*. São Paulo: Geração Editorial.

THE SHANGHAI COOPERATION ORGANISATION. 2014. Disponível em: [<http://www.sectsko.org/>]. Acesso em: 25 mar. 2014.

ÜNAY, Sadik. 2013. From engagement to contention: China in the global political economy. *Perceptions: Journal of International Affairs*, v. 18, n. 01, p. 129-153.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. 2014. *Sustaining U.S. Global Leadership: priorities for 21st century defense*. The White House. Washington: jan. 2012. Disponível em: [http://www.defense.gov/news/defense_strategic_guidance.pdf]. Acesso em: 05 jun. 2014.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. 2007. *Sistema Internacional com Hegemonia das Democracias de Mercado: desafios de Brasil e Argentina*. Florianópolis: Insular.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matias; RIBEIRO, Thais. 2013. *Sistema Internacional de Hegemonia Conservadora: governança global e democracia na era da crise climática*. São Paulo: AnnaBlume.

VISENTINI, Paulo Fagundes. 2011. *As Relações Diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)*. Belo Horizonte: Fino Traço. p. 93-110; 143-186.

WANG, Yiwei. 2009. China: between copying and constructing. In: WÆVER, Ole; TICKNER, Ann J. (eds.). *International Relations Scholarship Around the World*. Londres: Routledge, p. 103-119.

WENDT, Alexander. 1992. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, v. 46, n. 02, p. 391-425.

ZAKARIA, Fareed. 2009. *The Post-American World*. New York/London: W.W. Norton & Company.